

A CONSTITUIÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES DOS SUJEITOS: UMA ANÁLISE COM BASE EM BOURDIEU, CHARTIER E LEFEBVRE

Camila Soares Macenhan¹

Flavia Wegrzyn Martinez²

Susana Soares Tozetto³

Resumo: O presente texto versa sobre o processo de constituição das representações pelos sujeitos na visão de três autores: Bourdieu, Chartier e Lefebvre⁴. Assim, busca-se compreender os vieses do conceito de representações na perspectiva desses autores. O artigo traz as aproximações e as divergências entre os referenciais, sendo a origem das representações na prática cotidiana um dos resultados identificados como ponto em comum entre os três referenciais mencionados. As representações não são manifestações cristalizadas, ao contrário, elas se constroem a partir do concebido, do que se tem à disposição na vida real de acordo com a vivência pessoal do sujeito. São entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real, não são atos e/ou discursos neutros. A partir das representações, é possível compreender as relações de poder existentes nos campos, e as formas de compreensão sobre a realidade, ou seja, a concepção de mundo social e os valores que se defende. As posições ocupadas pelos indivíduos revelam as representações, por isso elas não dependem de vontades individuais para surgirem, mas, sim, de um campo social.

Palavras-chave: Representações. Cotidiano. Sujeito.

¹ Licenciada em Pedagogia. Doutora em Educação. Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail para contato: camila.macenhan@hotmail.com

² Graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas e Pedagogia. Professora colaboradora no Centro de Ciências Humanas e da Educação- CCHE da Universidade Estadual do Norte Do Paraná. Doutoranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (UEPG). E-mail para contato: fwmartinez@uenp.edu.br

³ Professora Associada da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado/Doutorado). E-mail para contato: tozettosusana@hotmail.com

⁴ Pierre Bourdieu é sociólogo francês e defensor do movimento antiglobalização, morreu aos 71 anos na França, em 2002. O historiador Roger Chartier, graduado pela Université Sorbonne, em Paris, elaborou o conceito de representação com base nas reflexões propostas por Bourdieu. Henri Lefebvre nasceu na França, na região dos Pirineus, e teve sua formação em Filosofia, com exploração das áreas de Matemática, Linguística, História e Sociologia.

THE CONSTITUTION OF THE REPRESENTATIONS OF THE SUBJECTS: AN ANALYSIS BASED ON BOURDIEU, CHARTIER AND LEFEBVRE

Abstract: This text deals with the process of representation constitution conducted by individuals in the vision of three authors: Bourdieu, Chartier and Lefebvre. Pierre Bourdieu is a French sociologist and supporter of the antiglobalization movement, who died at age 71 in France in 2002. The historian Roger Chartier, graduated from the Sorbonne University in Paris, elaborated the concept of representation based on the reflections proposed by Bourdieu. Henri Lefebvre was born in France, in the region of the Pyrenees, and had his education in Philosophy, with exploration of the areas of Mathematics, Linguistics, History and Sociology. Thus, it is sought to understand the trends of the concept of representations in the perspective of these authors. The paper brings the approximations and divergences between the references, being the origin of representations in everyday practice one of the results identified as a common point among the three references mentioned. Representations are not crystallized manifestations, on the contrary, they are constructed from the conceived, from what is available in real life according to the personal experience of the subject. They are understood as classifications and divisions that organize the apprehension of the social world as categories of perception of the real, they are not acts and/or neutral discourses. From the representations, it is possible to understand the relations of power existing in the fields, and the forms of comprehension of reality, that is, the conception of the social world and the values defended. The positions occupied by the individuals reveal the representations, so they do not depend on individual wills to emerge, but on a social field.

Keywords: Representations. Daily life. Subject.

Considerações iniciais

Diante do contexto enunciado, problematizamos sobre quais vieses o conceito de representações assume na literatura de uma área específica e de qual modo mantêm relações com o campo da educação. Assim, os estudos de Bourdieu (1983), Chartier (1990) e Lefebvre (1991) foram os referenciais para a busca das aproximações e das divergências em relação à definição da constituição das representações dos sujeitos. A seguir, o trabalho apresenta pontos centrais da biografia dos autores aludidos, juntamente aos eixos norteadores de suas discussões voltadas às representações. Identificamos que o ponto de convergência entre os estudos dos autores é o fato de as representações manterem elementos de sua origem na prática cotidiana dos sujeitos e perpassarem ao longo de suas experiências de vida.

O conceito de representações nos estudos de Bourdieu

A construção da realidade é uma questão que envolve várias áreas do conhecimento científico, a filosofia, a linguística, a psicanálise, a sociologia e a antropologia. Um debate importante sobre como o sujeito constrói a realidade foi realizado sob a perspectiva da sociologia do conhecimento de Schutz (1962) e sistematizada por Berger e Luckmann (1978), os quais afirmam que é na socialização primária que o primeiro mundo é formado para construir e compreender a realidade. A contribuição dos autores foi importante e acalorou o debate sobre os modos dos sujeitos apreenderem a realidade. Entretanto, por não relacionarem o processo de construção às disposições geradas pela exterioridade na interioridade, a tese limita-se ao movimento da interioridade na exterioridade, o que fragiliza a proposta, pois não considera o movimento da exterioridade na interioridade.

Os embates sobre a objetividade e a subjetividade não são recentes. A própria virada linguística é um exemplo do esforço de apreensão do mundo social e explicação dos fenômenos. Contrariamente à abordagem de Schutz e de Berger e Luckmann, o sociólogo Bourdieu, a partir dos autores clássicos, como Marx, Durkheim e Weber, da antropologia estrutural de Lévi-Strauss, do interacionismo simbólico de Goffman, da linguística de Bakhtin, da psicanálise (Freud), e da fenomenologia de sua formação inicial em filosofia (Merleau-Ponty), articula a objetividade e a subjetividade em sua perspectiva teórica, a partir de seus conceitos de campo e *habitus*, tendo a prática como centralidade teórica.

Bourdieu (2004, p. 156) compreende que sociologia deve incluir a “percepção do mundo social”, isto é, a construção das visões de mundo, que também contribuem para a sua elaboração. A constituição e a posição do sujeito no campo a que pertence é o que vai possibilitar a sua compreensão do mundo que o circunscreve. A realidade é constituída a partir das suas disposições internalizadas no inconsciente para atribuir estados de consciência de representação do real.

No mundo social, os agentes classificam os demais agentes e a si mesmos por meio de “[...] estratégias simbólicas de apresentação e representação de si que se opõem às classificações e às representações (deles mesmos) que os outros lhes impõem” (BOURDIEU, 1996, p. 115). As representações que os agentes possuem das “divisões da realidade” colaboram para a “realidade das divisões”, visto que o poder de classificar um indivíduo, ou um dado grupo social, por meio de uma imagem consagrada pela cultura popular como raça, etnia, nacionalidade, família, sexo, negro, pobre, desvela a capacidade de impor significações (BOURDIEU, 1996). Isso significa que as representações “[...] podem contribuir para produzir o que aparentemente elas descrevem ou designam, ou seja, a realidade objetiva” (BOURDIEU, 1996, p. 107).

Nesse contexto, a relação indivíduo e sociedade são analisadas como uma espécie de história materializada e objetivada nas instituições sociais, bem como a história é incorporada pelo agente social como sistema de disposições para perceber, pensar, agir e construir uma representação sobre dado objeto (BOURDIEU, 1983), tendo como referência sua posição no espaço social ao qual pertence. Desse modo, encontram-se entrelaçadas a estrutura, a prática e a representação social, pois ambas ocorrem dentro de um sistema de posições sociais, ou seja, o campo (BOURDIEU, 1983). Desse modo, as representações materializam-se a partir das práticas sociais realizadas nas instituições.

Para compreender as práticas realizadas, o conceito de *habitus* é fundamental para entender as representações para Bourdieu, pois é o conceito que articula as ideias e as práticas sociais. Se, de um lado, ele permite prever uma determinada maneira de agir; por outro, é o lugar do “vago e do fluido” (BOURDIEU, 2004, p. 98). Essa parcela de indeterminação presente no *habitus* varia em uma escala composta por graus de codificação e de indeterminação nas situações sociais. Conforme relata Bourdieu (2004):

Essa parcela de indeterminação, de abertura, de incerteza é o que faz com que não seja possível remeter-se inteiramente a ele (*habitus*) nas situações críticas, perigosas. Como lei geral pode-se afirmar que, quanto mais perigosa for a situação, mais a prática tenderá a ser codificada. O grau de codificação varia de acordo com o grau de risco. Isso fica bem claro no caso do casamento: desde que se examinem os casamentos e

não mais o casamento, percebe-se que ele possui variações consideráveis, em particular sob o aspecto da codificação: quanto mais adaptados pelo casamento, maior será o lucro simbólico, mas também o risco. É nesse caso que se terá um altíssimo grau de formalização das práticas; aqui surgirão as fórmulas de polidez mais refinadas, os ritos mais elaborados. (BOURDIEU, 2004, p. 98).

É pelo *habitus* que se compreende a noção de representação social, pois “[...] torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas, que permite resolver os problemas da mesma forma, e às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzida por esses resultados” (BOURDIEU, 1994, p. 65). Desse modo, o *habitus* articula “[...] os sistemas simbólicos como estruturas estruturadas (passíveis de uma análise estrutural)” e as estruturas estruturantes, ou seja, a “concordância das subjetividades estruturantes” (BOURDIEU, 1998, p.8). Assim, compreende ao mesmo tempo o individual e o social, a subjetividade e a objetividade.

A interpretação das estruturas subjetivas e objetivas permite ao pesquisador apreender, por meio da noção de representação social, aquela que um grupo que compartilha experiências possui, visto que se compreende que os agentes tendem a incorporar disposições de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento, proposição esta que serve de subsídio para a noção de compreensão de vida.

Consideramos que as estruturas econômicas e sociais possuem tanto uma realidade subjetiva incorporada pelos indivíduos quanto uma realidade objetiva que transcende os agentes sociais que lhe dão visibilidade e concretude. A noção de *habitus* está, portanto, na base dessa reflexão (BOURDIEU, 1983). Dessa forma, o conceito de representação social pode ser pensado como a elaboração subjetiva mental que os agentes fazem de suas condições materiais de vida (BOURDIEU, 1983).

Bourdieu (1983) compreende que as representações recebem influências das ideias, dos valores, das crenças e das ideologias existentes anteriormente em uma sociedade, as quais se fazem presentes na linguagem que utilizamos para nos comunicar; seja nas religiões, nos gostos no *habitus* de cada agente, bem como nas concepções que circulam entre os participantes dos grupos profissionais e

classes sociais. Por conseguinte: “O mundo social é também representação e vontade; existir socialmente é também ser percebido, aliás, percebido como distinto” (BOURDIEU, 1996, p. 112). Podemos dizer assim que a experiência da posição ocupada no macrocosmo social é determinada, ou pelo menos alterada, pelo efeito das interações sociais. Tal efeito é sentido diretamente no interior dos microcosmos sociais, representados em escritórios, pequenas empresas e vizinhanças. Como destaca Bourdieu (1998, p. 13):

Não se teria dado uma representação justa de um mundo que como o cosmo social, tem a particularidade de produzir inúmeras representações dele mesmo, se não tivéssemos dado um lugar no espaço de pontos de vista, a essas categorias, particularmente, expostas à pequena miséria que são todas as profissões que tem por missão tratar a grande miséria ou falar sobre ela, com todas as distorções ligadas a particularidade de seus pontos de vista.

Assim: “A classe nunca está nas coisas; ela é também representação e vontade, mas só tem possibilidade de encarnar-se nas coisas se ela aproximar o que está objetivamente próximo e afastar o que está objetivamente afastado” (BOURDIEU, 2004, p. 94). O pertencimento a uma classe constrói-se, negocia-se, regateia-se, joga-seno espaço social, no qual as distâncias se medem em quantidade de capital, define proximidades e afinidades, afastamentos e incompatibilidades. Em suma, probabilidades de pertencer a grupos realmente unificados, o que torna necessário superar a oposição entre a representação e a realidade, incluindo no real a sua representação.

O conceito de representações nos estudos de Roger Chartier

O historiador Roger Chartier, graduado pela Université Sorbonne, em Paris, elaborou o conceito de representação com base nas reflexões propostas pelo sociólogo Pierre Bourdieu. Chartier toma como fundamento os conceitos de campo e *habitus* de Bourdieu. A partir da publicação do livro: *A história cultural entre práticas e representações*, em 1990, e do texto: *O mundo como representação*, em 1991, acalorou-se a discussão sobre o conceito de representação proposto pelo autor.

Para Chartier (1990), as variáveis de acordo com as classes sociais e/ou meios intelectuais produzem-se a partir de disposições estáveis e partilhas próprias do grupo. A representação estabelece-se na prática como uma estratégia de classe, na medida em que as relações entre ela e as demais se constituem. Assim, cada classe elabora o real a sua maneira, sempre considerando a posição a que pertence em um dado campo, ou seja, a representação está ligada à posição social dos indivíduos, sendo, portanto, histórica, pois são construídas ao longo do tempo, ao passo que as atribuições das significações também são históricas.

As representações são compreendidas como classificações e divisões que permitem apreender o mundo social como categorias de percepção do real, variando as representações de acordo com as disposições dos grupos, pelas relações de poder, pelos conflitos de interesses dos grupos sociais. Esses esquemas intelectuais, ao serem incorporados, possibilitam criar imagens e representações. Embora aspirem à universalidade, as representações são determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. [...] as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1990, p. 17).

Desse modo, os esquemas intelectuais elaborados pelos sujeitos criam figuras que dotam o presente de sentido (CHARTIER, 1990), ao mesmo tempo que as formas diferenciadas com que os indivíduos apreendem os discursos é que possibilita a construção do real e são as práticas dos indivíduos que atribuem sentidos ao mundo. As representações não se contrapõem ao real, mas se constituem a partir das determinações sociais que se tornam matrizes de classificação e ordenação do próprio mundo social, ou seja, do mundo real. Para tanto, é imprescindível “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16). Assim, para Chartier:

O poder e a dominação estão sempre presentes. As representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas. Ora, é certo que elas colocam-se no campo da concorrência e da luta. Nas lutas de representações tenta-se impor a outro ou ao mesmo grupo sua concepção de mundo social: conflitos que são tão importantes quanto as lutas econômicas; são tão decisivos quanto menos imediatamente materiais. (CHARTIER, 1990, p. 17).

As representações do mundo social construídas, ainda que aspirem à universalidade de uma análise embasada na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam, pois “[...] esta investigação sobre as representações supõe como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação” (CHARTIER, 1990, p.17). Para Chartier (1990), o indivíduo não é um sujeito autônomo, mas, como Durkheim (1994), Chartier compreende que as representações são coletivas, ou seja, seu constructo é embasado na posição que o indivíduo ocupa no mundo social, nas suas relações sociais e nas experiências coletivas e não apenas nas imagens e projeções individuais.

Entretanto, Chartier (1990) ressalta que a construção da representação depende da autoridade do grupo ou do poder que a propõe; por isso, é necessário considerar a importância do crédito concedido à representação, pois a imposição de uma representação não significa a sua aceitação unívoca, visto que há várias formas de leituras e compreensão do mundo social. Assim, é possível que haja divergência entre a representação proposta e o sentido construído pelo indivíduo.

Representação é o modo como um dado grupo social constrói e interpreta a realidade da qual faz parte (CHARTIER, 1990). Dessa forma, pode-se compreender a representação a partir das incorporações de categorias mentais das classificações da própria organização social, bem como de matrizes que constituem o próprio mundo social, ao passo que comandam e revelam as práticas. A partir das representações, é possível apreender a internalização simbólica das lutas pelo poder e dominação. As estruturas sociais e as estruturas internas da subjetividade são entendidas como estados de uma mesma realidade, ao passo que a história coletiva se torna indissociável do indivíduo. É preciso situar a “[...] tensão entre a

onipotência da representação e seus possíveis desmentidos” (CHARTIER, 2002, p. 178).

A exteriorização da internalização simbólica das lutas pode orientar as percepções e os atos dos indivíduos, o que, por sua vez, torna-se algo decisivo no âmago das estruturas de relações objetivas dentro de um campo social, tanto quanto os embates que são efetivamente materializados entre os grupos (CHARTIER, 1990). Desse modo, a partir da compreensão da representação, torna-se possível apreender o funcionamento de um campo particular, a internalização simbólica das lutas pelo poder e dominação entre grupos e indivíduos, os quais são representantes dos grupos, a partir de relações externas objetivas que existem independentemente das consciências e das vontades individuais que as produziram dentro de determinado campo social (CHARTIER, 1990). Nesse intento, o conceito de representação permite demonstrar que a estrutura social transcende as vontades dos agentes sociais e que a representação é inseparável da prática exercida pelo indivíduo. O mundo da representação gera as práticas sociais, objetiva-se nas instituições e tende a perpetuar a existência dos grupos sociais. A prática é, dessa maneira, uma espécie de ação no e sobre o mundo que permite reconhecer o lugar social do indivíduo. Engendra, assim, uma realidade subjetiva que é por eles incorporada no processo de vivência das experiências e práticas do cotidiano.

O conceito de representações nos estudos de Henri Lefebvre

As obras de Hegel, Marx e Nietzsche são mencionadas como pontos de partida em determinados momentos das análises de Henri Lefebvre, como no livro *O fim da história* (LEFEBVRE, 1971). Conforme o próprio autor pontua, o título de sua produção pode ser considerado inclassificável do ponto de vista dos quadros da divisão do trabalho intelectual, no sentido de estar entre a filosofia, a história e a sociologia, apresentando características singulares. Por isso, os escritos do filósofo trazem a necessidade da transformação da sociedade e, ao mesmo tempo, os desafios para efetivação desse processo.

O referido filósofo nasceu na França, na região dos Pirineus, e teve sua formação em Filosofia, com exploração das áreas de Matemática, Linguística, História e Sociologia. Esta última foi a área em relação a qual mais dedicou seus escritos (SOTO, 2013). Lefebvre apresenta a luta contra as formas de dogmatismo, de modo a criticar com veemência o economismo, o pragmatismo político e o empirismo moral, sendo este último capaz de determinar os supostos valores utilizando como alicerce os imediatismos da prática.

Assim como consta em uma de suas próprias obras, a descrição de sua biografia revela dados sobre a formação no curso de Direito e mudança para o curso de Filosofia, com o início da carreira docente no ano de 1929. Nessa época, Henri Lefebvre integrou o Partido Comunista Francês, com produções anteriores e posteriores à Segunda Guerra Mundial. Desse modo, determinados títulos passaram a ser alvos de críticas pelo próprio partido. Tais críticas referem-se, por exemplo, à obra *Problemas atuais do Marxismo*, apontada como apologia do revisionismo e, por isso, no ano de 1958, teve a exclusão do partido Comunista Frances (PCF). Posteriormente, Henri Lefebvre lecionou na Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Estrasburgo na Universidade de Nanterre, em Paris, produzindo sínteses sobre o marxismo e estudos sobre pensadores como Descartes, Pascal, Hegel e Marx.

A produção de Henri Lefebvre é analisada por Machado (2008) a partir de quatro momentos. De acordo com o estudioso sobre os escritos do filósofo e sociólogo, o primeiro momento de sua obra apresenta as análises do marxismo e, por isso, tem seus fundamentos como principal característica. Em um segundo momento, a produção volta-se às questões da vida cotidiana. As descrições sobre a cidade e a produção do espaço aparecem em um terceiro momento de sua obra. Em um quarto momento, realiza em seus escritos pontuações sobre a diferença, a autogestão e o papel do Estado, a produção e a reprodução das relações sociais, os ritmos sociais e as representações.

As ideias de Marx são evidenciadas por Henri Lefebvre e, assim, há o destaque em relação ao papel do proletariado para superação do modelo de sociedade em que estamos. A respeito do poder do proletariado, Lefebvre (1963,

p. 60) enfatiza: “Marx não se inclinou para o proletariado porque é oprimido, para lastimar sobre sua opressão”. A ação para a transformação mostra que o proletariado pode abrir caminho para ela acontecer; logo, não é a fraqueza que está em evidência, mas a força que a classe mencionada possui. Contudo, há sempre um processo de controle sobre as pessoas e, para corroborar essa afirmação, trazemos a seguinte análise: “As razões políticas da passividade são, portanto, graves. Uma pressão enorme se exerce sobre as consciências para mantê-las em quadros limitados” (LEFEBVRE, 2008, p. 166).

A respeito da vasta produção teórica de Lefebvre, citamos os títulos dos anos 1930 a 1980: *Le Marxisme dialectique* (1939), *Le Marxisme* (1948), *Pour connaître la pensée de Karl Marx* (1948), *Pour connaître la pensée de Lenine* (1957), *Problèmes actuels du marxisme* (1958), *Marx - coletânea* (1964), *Sociologie de Marx* (1966), *Une pensée devenue monde* (1980).

Sobre as traduções e as repercussões dos estudos do filósofo no Brasil, os dados encontrados em artigos como de Soto (2013) revelam que foram restritas. Um dado que consta em sua obra *O direito à cidade* é de que apenas um terço de suas publicações está em língua portuguesa, por isso são raras as produções posteriores a 1970. Após o ano 2000, constam três títulos, com a ressalva de que um de seus principais trabalhos, intitulado *O Estado*, o qual se apresenta em quatro tomos, não foi traduzido para a língua portuguesa.

As críticas realizadas por Henri Lefebvre destinam-se aos estudos que desconsideram a ação dos sujeitos no processo de comunicação, a qual envolve também fatores do cotidiano dos receptores. As considerações realizadas pelo autor citado destacam a percepção das representações a partir da totalidade em que os fatos estão circunscritos. Apesar das poucas traduções em língua portuguesa, conforme dados já mencionados, a extensão da obra de Henri Lefebvre é notória. Um de seus principais títulos traduzidos e divulgados no Brasil é o livro *O direito à cidade* (LEFEBVRE, 2016). Nesse trabalho, o autor discute sobre o processo de industrialização e urbanização para pontuar a especificidade da cidade, relacionando-a à obra. No próprio livro, consta o dado de que sua obra possui mais de 70 livros, com análises do marxismo do século XX, estudos sobre

os textos de Marx, os quais salientam sua oposição aos marxistas ortodoxos, ou seja, às várias formas de dogmatismos e classificações a respeito dos teóricos em que se ampara.

No que diz respeito à construção das representações, vemos a cotidianidade do mundo moderno como palco. Assim, a partir dos estudos de Penin (1989), verificamos que o conceito de representação para Henri Lefebvre envolve as discussões sobre o cotidiano. As representações nascem, portanto, do cotidiano e para ele também regressam. A partir disso, Penin (1989, p. 27) exemplifica: “No cotidiano, cada coisa (automóvel, edifício, peça de vestuário etc.) é acompanhada de representações que mostram qual é o seu papel”. O cotidiano demonstra a necessidade de criação de novas representações e, de forma dialética, as representações fazem com que o cotidiano também se programe.

Para definir cotidianidade, Lefebvre (2008) evidencia que, em relação ao movimento de controle sobre a classe proletária, a época industrial apresentou como característica:

[...] a constituição de uma *cotidianidade*, lugar social de uma exploração refinada e de uma passividade cuidadosamente controlada. A cotidianidade não se instaura no seio do ‘urbano’ como tal, mas na e pela segregação generalizada: a dos momentos da vida, como a das atividades. (LEFEBVRE, 2008, p. 127).

A exploração no modelo capitalista pode ocorrer explicitamente ou de forma mascarada. Conforme Henri Lefebvre (2008) descreveu, o momento da construção da cotidianidade ocorre de forma sutil, ou seja, como uma exploração refinada e que conta com o controle cuidadoso para que a passividade permaneça frente à situação de exploração. O pensamento de Lefebvre (2008) define a atividade humana como aquela que ultrapassa os princípios de meio econômico e, assim, realiza a forte crítica em relação à política que utiliza os ideais do marxismo para justificar injustiças. Sobre o princípio econômico, o filósofo salienta a necessidade de analisarmos como a predominância deste acontece no modo de produção capitalista, ao longo da história, de forma a determinar o caráter opaco das relações humanas.

Para explicitar a mediação que as representações realizam no cotidiano, os termos “vivido” e “concebido” são discutidos por Penin (1989) a partir da fundamentação de Henri Lefebvre. Assim sendo, o vivido compreende a subjetividade dos sujeitos e a vivência social e coletiva deles, considerando o contexto específico, pois a vivência é definida a partir do aspecto social vinculado ao individual. O concebido, por sua vez, é composto pelo ideário teórico de uma época. Para Penin (1989, p. 27), o concebido “[...] constitui o discurso articulado que procura determinar o eixo do saber a ser promovido e divulgado”. Desse modo, tal discurso forma o ideal de um dado contexto histórico. A relação entre o concebido e o vivido acontece de forma dialética, e a mediação entre essas dimensões é efetuada pelas representações.

Ainda é possível analisarmos a consolidação ou o desaparecimento das representações que estão presentes nessa vivência do concebido e do vivido, apesar de algumas alterarem o contexto individual a partir do social e, também, dos discursos. No entanto, as representações também podem desaparecer sem realizar alterações. Conforme descreve Lefebvre (1983, p. 101, tradução nossa): “Há representações que se realizam entrando em uma prática e outras que têm um caráter efêmero, porque a prática as elimina”.⁵

As representações formam-se a partir da relação entre representante e representado, envolvendo o conceito de outro presente e de outro ausente. Nesse caso, o primeiro é o vivido e o segundo o concebido. Diante de tal diferenciação, de acordo com Henri Lefebvre (1971), o projeto da modernidade destaca o posicionamento voltado ao saber, à razão e à teoria, ou seja, ao concebido. Henri Lefebvre também defende que não poderemos cair no oposto e sim partir do vivido, considerando suas fragilidades e, por isso, a necessidade da relação com o concebido (PENIN, 1989).

As representações podem ser analisadas como fatos de palavras e de prática social; logo, para as captarmos, necessitamos estudar o discurso e a sociedade (PENIN, 1989). Para descrever o conceito de representação, Lefebvre

⁵ “Hay representaciones que se realizan entrando en una práctica y otras que tienen un carácter efimero, porque la práctica las elimina” (LEFEBVRE, 1983, p. 101).

(1983) evidencia que este emerge e se desenvolve a partir das condições históricas. O autor considera que todos os conceitos mantêm relações com essas condições.

Os objetivos envolvidos no trabalho sobre o conceito de representação abrangem: “[...]expor um conceito e situá-lo - reforçar o conceito em geral, mas também circunscrever seus limites”⁶ (LEFEBVRE, 1983, p. 18, tradução nossa). Há, assim, uma distinção entre as representações, os símbolos ou os mitos, por exemplo. A finalidade exposta por Lefebvre (1983) para estudarmos as representações é a aceitação do representativo como fato social, psíquico e político.

As representações circulam ao redor daquilo que Lefebvre (1983) denomina como obra. Assim: “A obra, portanto, situa-se além das representações, apesar de estas circularem ao seu redor” (PENIN, 1989, p. 28). Nessa compreensão, o significado do termo obra abrange elementos que ultrapassam as representações.

Na argumentação teórica de Henri Lefebvre, os dois conceitos, neste caso, representação e obra, são analisados juntamente. A obra esclarece as representações e estas também esclarecem a obra ao realizarem a menção à prática, à produção e à criação (PENIN, 1989).

A teoria do conhecimento é apontada por Henri Lefebvre como aquela que não basta para a compreensão das representações e, dessa forma, propõe uma teoria do desconhecimento. Isso se deve à contradição própria do mundo moderno, a qual abrange paradoxalmente a abundância de representação e o seu desgaste, com a necessidade de renovação. A respeito da transitoriedade e da renovação das representações, Penin (1989) pontua:

Ao analisarmos o discurso cotidiano, especialmente ao constataremos o uso cíclico de palavras e conceitos utilizados pelos indivíduos ao explicar os fenômenos educacionais, revela-se a intensa transitoriedade, desgaste e renovação das representações, que acompanham o desgaste e renovação de todas as relações sociais no mundo moderno. (PENIN, 1989, p. 31).

⁶ “[...] exponer un concepto y situarlo - fortalecer el concepto en general, pero también circunscribir sus límites” (LEFEBVRE, 1983, p. 18).

A partir das considerações efetuadas por Penin (1989), é notório que as representações mantêm relações com as mudanças ocorridas na sociedade como um todo. Nessa direção, a abordagem metodológica de Henri Lefebvre permite a descrição das condições objetivas de uma obra e as representações dos sujeitos envolvidos. Tal abordagem é denominada antropologia dialética.

Para compreender o conceito de vida cotidiana, assim como Henri Lefebvre, Penin (1989) o distingue do conceito de *práxis*. Portanto, a vida cotidiana apresenta-se como um nível da totalidade, nesse caso, a *práxis* representa essa totalidade. A vida cotidiana mantém-se interligada aos demais níveis da realidade. Embora as atividades superiores distingam-se da vida cotidiana, aquelas sempre estão relacionadas a esta. Assim sendo, supõe-se uma atitude crítica por meio da contestação da realidade e uma autocrítica perpétua.

Ao exemplificar a relação entre o cotidiano e as atividades superiores, Penin (1989) afirma:

É do cotidiano que emergem as grandes decisões e os instantes dramáticos de decisão e de ação. Por exemplo, é do cotidiano dos sindicatos ou associações de classe que emerge a greve. Para Lefebvre, as atividades superiores dos homens nascem do germe contido na prática cotidiana. (PENIN, 1989, p. 16).

Aqui está a condição de que as atividades superiores e as atividades da vida cotidiana mantêm a relação dialética, pois uma não é possível desvinculada da outra. Há uma força que o cotidiano é capaz de exercer para a mudança; dessa forma, colocam-se critérios para ela ocorrer. Entretanto, o cotidiano também sofre manipulações e pode ser visto a partir dos fatores de homogeneidade, de fragmentação e de hierarquização. A representação que os sujeitos possuem sobre a autonomia, por exemplo, interferirá nesse processo de ruptura com a cotidianidade, contribuindo para as transformações acontecerem ou para a reprodução de um dado esquema.

Sobre o processo de criação, Lefebvre (1983, p. 225, tradução nossa) afirma: “A arte e a criação nascem, portanto, e se desenvolvem na área das

representações. [...] mas a arte e a criação surgem delas [...]”.⁷ Desse modo, as representações oportunizam o conhecimento sobre os fatos e a criação de novas condições depende também das atitudes dos sujeitos envolvidos no processo.

Para explicitar o motivo de o processo criativo ultrapassar as representações, é possível mencionarmos as considerações de Lefebvre (1983, p. 226, tradução nossa), no sentido de que: “A criação atravessa as mediações e representações, sem com isso destruí-las, mas em vez integrando-as, negando-as dialeticamente”.⁸ O processo dialético entre o que está posto e o novo é mencionado nessa concepção.

As representações: um diálogo entre os autores

As representações dos sujeitos, tanto quanto as vivências, fazem parte do cotidiano e são necessárias para as explicações da vida, pois a realidade constitui-se a partir das disposições internalizadas pelo indivíduo, e as representações contribuem para a construção da realidade objetiva (BOURDIEU, 1996; CHARTIER, 1990). As representações circulam ao redor da vida, do cotidiano dos sujeitos interferindo no dia a dia, estabelecendo padrões e domínios, modificando e alterando o vivido, visto que a relação entre indivíduo e sociedade são analisadas como uma espécie de história materializada e objetivada nas instituições sociais, bem como a história é incorporada pelo agente social como sistema de disposições para perceber, pensar, agir e construir uma representação sobre dado objeto (BOURDIEU, 1983). Conhecer as representações dos sujeitos, possibilita, portanto, compreender sua vida, identificar seu contexto e suas relações.

As representações advêm do indivíduo e da sociedade na qual se está inserido, em uma interferência contínua. Elas divergem somente em função das diferenças sociais e particulares de cada um. Estabelecem-se no cotidiano objetivo do sujeito, conforme cada caminho e trajetória em uma perspectiva crítica e

⁷ “El arte y la creación nacen, pues, y se desarrollan en la zona de las representaciones. [...] pero el arte y la creación salen de ellas [...]” (LEFEBVRE, 1983, p. 225).

⁸ “La creación atraviesa las mediaciones y representaciones, sin por ello destruirlas sino integrándolas, negándolas dialécticamente” (LEFEBVRE, 1983, p. 226).

autocrítica. O estudo das representações possibilita conhecer a totalidade, orientando ações, fracassos e divergências, para obter a causalidade dos fenômenos, fornecendo elementos que melhor explicitam o mundo exterior, a partir da postura, dos gostos, dos gestos, das opiniões e do conhecimento. A representação e as significações são constituídas ao longo do tempo; logo, são históricas e estão relacionadas à posição social que os indivíduos ocupam (CHARTIER, 1991; BOURDIEU, 1996).

O cotidiano mais próximo do sujeito, na maioria das vezes, determina a sua representação, pois possui uma importância crucial na vida, no que se sabe e se pensa sobre a realidade. A experiência cotidiana é realçada nas representações, é dado da realidade que se tem consciência da contradição, da totalidade em seu âmbito geral, é o ponto de referência do sujeito. Como afirma Lefebvre (1991), o cotidiano constrói-se sobre a ambiguidade, no debate, pois só o conhecimento crítico dissipa as ocultações e devolve o sentido das metáforas. Acreditamos que, ao abrirmos as representações para o pensamento, possibilitamos que elas sejam alamedas para mudanças, que orientam atitudes, objetivos e comportamentos a que se propõem. Para a superação de dicotomias, enfrentamos, pois, as relações de poder para legitimar e assegurar o monopólio de nossas ações.

As representações não são manifestações cristalizadas; ao contrário, elas se constroem a partir do concebido, do que se tem à disposição na vida real, de acordo com a vivência pessoal do sujeito e as relações que se estabeleceram entre os indivíduos no decorrer do tempo (CHARTIER, 1991; BOURDIEU, 1996). São entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real, não são atos e/ou discursos neutros. Por conseguinte, variam segundo as disposições de seu grupo social, almejam a universalidade determinada pelos interesses dos grupos ao qual os sujeitos estão inseridos.

Da mesma forma, as representações não se opõem ao real, elas se constituem por meio de várias determinações sociais, concretas, empunhadas da realidade. São forças reguladoras da vida coletiva e do exercício do poder. Comandam atos, definem identidades, tornam presentes um objeto, conceito ou

pessoa ausentes, mediante sua substituição por uma imagem capaz de representá-los adequadamente. Há o encontro do que se pensa com o que se vê, se sente, se sabe, se conhece.

Considerações finais

Como considerações sobre os três estudiosos que trabalham com o termo “representações”, apontamos o fato de que a constituição de uma representação não pertence a um sujeito isolado, mas pertence a um grupo ou campo, pois as representações são coletivas. Assim, ao expor sua representação, é possível compreender as relações de poder existentes nos campos, e suas formas de compreensão sobre a realidade, ou seja, a concepção de mundo social e os valores que defende.

As posições ocupadas pelos indivíduos nos campos revelam as representações, por isso elas não dependem de vontades individuais para surgirem, mas de um campo social. Dessa forma, Lefebvre também indica o processo em que algumas representações não perduram pela própria transitoriedade do mundo moderno, com desgastes e renovações constantes. Analisamos, no caso, que se o campo no qual dada representação emerge apresentar dispersão, a representação inicialmente gerada por ele poderá ser alterada.

Para Chartier (1990), a imposição de uma representação não significa a aceitação unívoca dessa representação, mas depende também da importância do crédito concedido a ela. Por isso, a gênese e a permanência de uma representação estão atreladas à constituição da identidade de um grupo ou de vários subgrupos componentes de determinado campo. Quanto maior o reconhecimento de um campo, maior será o raio atingido pelas representações que ele emite e, concomitantemente, ainda maior definição ocorre desse campo, com ampliação de seu reconhecimento social. Para Bourdieu (1983), a realidade objetiva pode adir daquilo que as representações descrevem ou designam. Para Chartier (1990), a representação proposta e o sentido construído pelo indivíduo podem divergir;

enquanto, para Henri Lefebvre (1991), as representações refletem no cotidiano e dele também emergem, juntamente às transformações da realidade.

Referências

BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Tradução Floriano Fernandes. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, P. O Campo Científico. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu. Sociologia*. São Paulo: Ática, 1994. p. 112-143.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: USP, 1996.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. Tradução Sérgio Miceli. 2. ed. São Paulo: USP, 1998.

CHARTIER, R. *A História Cultural entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Garlhado. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Algarves, Portugal: Difel, 2002.

CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, abr. 1991.

DURKHEIM, E. Representações individuais e representações sociais. In: DURKHEIM, E. *Sociologia e Filosofia*. São Paulo: Ícone, 1994. p. 9-54.

LEFEBVRE, H. *O marxismo*. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.

LEFEBVRE, H. *O fim da história*. Lisboa: Dom Quixote, 1971.

LEFEBVRE, H. *La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. Itapevi: Nebli, 2016.

MACHADO, C. R. Momentos da obra de Henri Lefebvre: uma apresentação. *Ambiente&Educação*, Rio Grande, v. 13, p. 83-95, 2008.

PENIN, S. *Cotidiano e escola: a obra em construção*. v. 2. São Paulo: Cortez, 1989.

SCHUTZ, A. *Collected Papers I: The problem of social reality*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1962.

SOTO, W. H. G. O pensamento crítico de Henri Lefebvre. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 12, n. 140, p. 22-28, jan. 2013.

Recebido em 10/06/2019

Versão corrigida recebida em 21/07/2019

Aceito em 21/08/2019

Publicado online em 31/08/2019